

9317496 GMAR, João Carlos Filipe de Almeida.
 24998 GMAR, Paulo Alexandre Lourenço Henriques Frade.
 23397 GMAR, Eduardo Ivan de Sousa Santos.
 23897 GMAR, João Ricardo Guimarães Pires Ribeiro da Paz.
 24198 GMAR, Adrian Melo de Melo.
 21598 GMAR, Jorge Mendes Valente.

Estes oficiais, uma vez promovidos, e tal como vão ordenados, deverão ser colocados na lista de antiguidade do seu posto e classe à esquerda do 22797 segundo-tenente da classe de marinha, Rogério Mendes Valente.

22 de Dezembro de 2004. — O Chefe do Estado-Maior da Armada, *Francisco António Torres Vidal Abreu*, almirante.

Portaria n.º 12/2005 (2.ª série). — Manda o almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 68.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), promover por diuturnidade ao posto de segundo-tenente, em conformidade com o previsto na alínea e) do artigo 216.º do mesmo Estatuto os guardas-marinhas da classe de administração naval 21497, GMAR AN Jorge Carlos Lopes Ribeiro, 21298, GMAR AN Tito Dominguez Dias Paulino, 20897, GMAR AN Emanuel Teles dos Santos, 22698, GMAR AN Andreia Augusta da Silva Corvo, 9318996, GMAR AN Luís Miguel Dias Lourenço e 24397, GMAR AN Bruno Miguel Moreira de Carvalho (no quadro), que satisfazem as condições gerais e especiais de promoção a que se referem, respectivamente, os artigos 56.º e 227.º do mencionado Estatuto, a contar de 1 de Outubro de 2004, data a partir da qual lhes conta a respectiva antiguidade e lhes são devidos os vencimentos do novo posto, de acordo com a alínea a) do n.º 1 do artigo 175.º e para efeitos do n.º 2 do artigo 68.º, ambos do mesmo Estatuto, ficando colocados no 1.º escalão do novo posto.

Estes oficiais, uma vez promovidos, e tal como vão ordenados, deverão ser colocados na lista de antiguidade do seu posto e classe à esquerda do 21896, segundo-tenente da classe de administração naval Ricardo Miguel Abreu Ribeiro de Melo.

22 de Dezembro de 2004. — O Chefe do Estado-Maior da Armada, *Francisco António Torres Vidal Abreu*, almirante.

Portaria n.º 13/2005 (2.ª série). — Manda o almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 68.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), promover por diuturnidade ao posto de segundo-tenente, em conformidade com o previsto na alínea e) do artigo 216.º do mesmo Estatuto, os guardas-marinhas da classe de fuzileiros 9318496, GMAR FZ Nuno Miguel Drago Gonçalves, e 23797, GMAR FZ Rui Emanuel da Silva Filipe (no quadro), que satisfazem as condições gerais e especiais de promoção a que se referem, respectivamente, os artigos 56.º e 227.º do mencionado Estatuto, a contar de 1 de Outubro de 2004, data a partir da qual lhes conta a respectiva antiguidade e lhes são devidos os vencimentos do novo posto, de acordo com a alínea a) do n.º 1 do artigo 175.º e para efeitos do n.º 2 do artigo 68.º, ambos do mesmo Estatuto, ficando colocados no 1.º escalão do novo posto.

Estes oficiais, uma vez promovidos, e tal como vão ordenados, deverão ser colocados na lista de antiguidade do seu posto e classe à esquerda do 6800893, segundo-tenente da classe de fuzileiros António Manuel Noro.

22 de Dezembro de 2004. — O Chefe do Estado-Maior da Armada, *Francisco António Torres Vidal Abreu*, almirante.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Gabinetes dos Secretários de Estado do Orçamento e da Administração Pública

Despacho conjunto n.º 3/2005. — Considerando que o despacho conjunto n.º 1003/2003, de 17 de Dezembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 252, de 30 de Outubro de 2003, procedeu à afectação à Direcção-Geral da Administração Pública (DGAP) da funcionária Maria Madalena Alçada Rosa;

Considerando que face aos documentos agora carreados para o processo, verifica-se que a aludida funcionária foi reclassificada em 1 de Janeiro de 1982 para a categoria de técnica superior principal da carreira técnica superior;

Considerando que, em consequência, aquando da sua afectação à Direcção-Geral da Administração Pública foi incorrectamente posi-

cionada no escalão e índice da referida categoria de técnica superior principal;

Assim, determina-se:

1 — A afectação à Direcção-Geral da Administração Pública da funcionária Maria Madalena Alçada Rosa processa-se na categoria de técnica superior principal da carreira técnica superior, sendo posicionada no escalão 2, índice 560.

2 — É revogado o mapa em anexo ao referido despacho conjunto, na parte relativa ao escalão e índice da funcionária.

3 — Os efeitos do presente despacho conjunto reportam-se a 17 de Dezembro de 2003.

12 de Novembro de 2004. — O Secretário de Estado do Orçamento, *Manuel Ferreira Teixeira*. — A Secretária de Estado da Administração Pública, *Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas*.

Despacho conjunto n.º 4/2005. — O Decreto-Lei n.º 13/97, de 17 de Janeiro, determina, no n.º 2 do seu artigo 11.º, que o pessoal por ele abrangido pode requerer a aposentação, desde que possua 20 anos de serviço, independentemente da idade e de apresentação à junta médica.

Considerando que tal foi requerido por Jacinto de Oliveira Lay, agente, oriundo de Timor, afecto à Direcção-Geral da Administração Pública, ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 416/99, de 21 de Outubro, conjugado com a alínea a) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 13/97, de 17 de Janeiro;

Considerando que o agente, encontrando-se abrangido por este diploma legal, reúne os requisitos legais para o efeito, designadamente o necessário tempo de serviço;

Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 13/97, de 17 de Janeiro, é deferido o pedido para passagem à aposentação a Jacinto de Oliveira Lay, devendo o respectivo processo ser remetido à Caixa Geral de Aposentações nos termos legais.

21 de Dezembro de 2004. — O Secretário de Estado do Orçamento, *Manuel Ferreira Teixeira*. — A Secretária de Estado da Administração Pública, *Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas*.

Direcção-Geral da Administração Pública

Despacho n.º 6/2005 (2.ª série). — Considerando que Conceição do Rosário Coelho Mateus Carneiro da Silva foi, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 89-F/98, de 13 de Abril, afectada à Direcção-Geral da Administração Pública (DGAP) pelo despacho conjunto n.º 766/98, de 15 de Outubro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 260, de 18 de Novembro de 1998;

Considerando que, em 1 de Agosto de 1999, a agente efectuou a sua apresentação na DGAP, ficando na situação de disponibilidade apenas até dia 30 do mesmo mês e ano, e que em 27 de Outubro de 2003 voltou a apresentar-se a fim de ser colocada em actividade nos serviços e organismos da Administração Pública;

Considerando que, decorrido mais de um ano sem que a agente tenha sido integrada em serviço ou organismo público, pois, apesar de ter sido requisitada para o Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial da Justiça pelo período de seis meses, a sua integração não se consumou;

Assim, ao abrigo do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 493/99, de 18 de Novembro, e nos termos do disposto no n.º 2 do mesmo artigo determina-se:

Conceição do Rosário Coelho Mateus Carneiro da Silva, agente afecta ao quadro transitório junto da DGAP — passagem a licença sem vencimento de longa duração com efeitos a 22 de Outubro de 2004.

20 de Dezembro de 2004. — A Directora-Geral da Administração Pública, *Maria Ermelinda Carrachás*.

Direcção-Geral dos Impostos

Aviso (extracto) n.º 2/2005 (2.ª série). — Por despacho da sub-directora-geral de 21 de Dezembro de 2004, por delegação de competências do director-geral, são nomeados, precedendo concurso interno de acesso limitado, para a categoria de técnico profissional de 1.ª classe da carreira técnico-profissional do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos, com efeitos reportados à data do despacho, mantendo-se colocados nos quadros de contigênciação que actualmente ocupam:

- 1.º Sérgio Paulo Martins Parente.
- 3.º Marco Paulo Justino Ferreira.
- 4.º Paula Cristina Azevedo Feliz.
- 5.º Vera Manuela V. Abreu Pereira.
- 6.º Paulo Jorge R. L. Gomes Silva.

7.º Luísa Maria V. Machado Barqueiro.
 8.º Ricardo Manuel Penedos Farófiás.
 9.º Marco António G. Sequeira Calado.
 10.º Nuno Alexandre Jesus Rodrigues.
 11.º Rute Cláudia C. T. Pinto Silva.
 12.º Maria Fátima Peixoto Fernandes.
 13.º Lara Panão Bagoiro Sequeira.
 14.º Nuno Miguel Pombo Monteiro.
 15.º Bruno Pedro M. Martins Correia.
 16.º Ana Paula Gonçalves Abreu.
 17.º Patrícia Mónica Mota Santos Domingos.
 18.º Maria João Rodrigues Apolinário.
 19.º Álvaro Sérgio Monteiro Silva.
 20.º Mário Rui C. Martins Fontainha.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Dezembro de 2004. — A Chefe de Divisão, *Ángela Santos*.

Aviso (extracto) n.º 3/2005 (2.ª série). — Por despachos do director-geral dos Impostos e do director regional-adjunto da Direcção Regional de Educação de Lisboa de 26 de Agosto e de 9 de Dezembro de 2004:

Maria Teresa Brardo Alves Ferreira Palmeiro, assistente administrativa do quadro distrital de vinculação de Santarém — autorizada a prorrogação da requisição por um período de seis meses, nos termos do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

21 de Dezembro de 2004. — A Chefe de Divisão, *Ángela Santos*.

Direcção-Geral do Património

Aviso (extracto) n.º 4/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 20 de Dezembro de 2004, nomeio Sandra Maria dos Santos Pereira, precedendo concurso e obtida confirmação de cabimento orçamental da 3.ª Delegação da Direcção-Geral do Orçamento, em comissão de serviço extraordinária, estagiária, com vista ao ingresso na categoria de técnico superior de 2.ª classe da carreira técnica superior do quadro de pessoal desta Direcção-Geral, com efeitos a partir da data da assinatura do termo de aceitação.

20 de Dezembro de 2004. — A Subdirectora-Geral, *Maria Manuela Brandão*.

Despacho n.º 7/2005 (2.ª série). — Considerando que a licenciada Elvira das Neves Hipólito, assessora da carreira técnica superior de dotação global do grupo de pessoal técnico superior do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Património, a exercer funções dirigentes no cargo de chefe de divisão de Fardamento da Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública, reúne as condições necessárias para o acesso à categoria de assessor principal e requereu a nomeação para o respectivo lugar;

Considerando o disposto nos artigos 29.º e 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e após confirmação dos respectivos pressupostos pela Secretaria-Geral do Ministério das Finanças:

Nomeio a licenciada Elvira das Neves Hipólito, com dispensa de concurso, na categoria de assessor principal da carreira técnica superior, de dotação global, do grupo de pessoal técnico superior do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Património, constante dos mapas anexos às Portarias n.ºs 8/92, de 9 de Janeiro, e 378/99, de 10 de Abril, com efeitos reportados a 14 de Outubro de 2004.

21 de Dezembro de 2004. — A Subdirectora-Geral, *Maria Manuela Brandão*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DAS CIDADES, ADMINISTRAÇÃO LOCAL, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL.

Despacho conjunto n.º 5/2005. — 1 — Nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 202-B/86, de 22 de Julho, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 305/91, de 16 de Agosto, é exonerado a seu pedido do cargo de presidente do conselho directivo do Instituto Nacional de Habitação, o licenciado Francisco Adelino Gusmão Esteves de Carvalho.

2 — O presente despacho produz efeitos desde 30 de Novembro de 2004.

30 de Novembro de 2004. — O Primeiro-Ministro, *Pedro Miguel de Santana Lopes*. — O Ministro das Finanças e da Administração Pública, *António José de Castro Bagão Félix*. — O Ministro das Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional, *José Luís Fazenda Arnaut Duarte*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Departamento Geral de Administração

Despacho (extracto) n.º 8/2005 (2.ª série). — Por despacho ministerial de 6 de Dezembro de 2004:

Paulo Alexandre Barroso Simões, segundo-secretário de embaixada do quadro I do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal diplomático, a prestar serviço na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia — REPER, em Bruxelas — determinado o seu regresso ao quadro dos secretários de embaixada e designado para exercer as funções de administrador no secretariado-geral do Conselho da União Europeia. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Dezembro de 2004. — O Director, *Renato Marques*.

Despacho (extracto) n.º 9/2005 (2.ª série). — Por despacho ministerial de 14 de Dezembro de 2004:

Pedro Manuel Carqueijeiro Lourtie, primeiro-secretário de embaixada do quadro I do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal diplomático — nomeado para exercer as funções de conselheiro político na delegação da Comissão Europeia em Washington, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2004. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Dezembro de 2004. — O Director, *Renato Marques*.

Despacho (extracto) n.º 10/2005 (2.ª série). — Por despacho de 9 de Novembro de 2004:

Cármem Maísa Batista da Silva Silveira Mendes Nunes, técnica-profissional de 2.ª classe do quadro do pessoal do Instituto Nacional de Investigação Agrária — transferida com a mesma categoria para o quadro I do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal técnico. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Dezembro de 2004. — O Director, *Renato Pinho Marques*.

Despacho (extracto) n.º 11/2005 (2.ª série). — Por despacho ministerial de 14 de Dezembro de 2004:

António Manuel Pires Gomes Samuel, conselheiro de embaixada do quadro I do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal diplomático, a exercer o cargo de director de serviços do Cerimonial e Deslocações do Protocolo de Estado, do quadro do pessoal dirigente do Ministério dos Negócios Estrangeiros — exonerado do referido cargo, com efeitos a partir de 2 de Novembro de 2004. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Dezembro de 2004. — O Director, *Renato Pinho Marques*.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Despacho (extracto) n.º 12/2005 (2.ª série). — Por despachos de 23 de Julho e de 18 de Dezembro de 2004, respectivamente do presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo e do director-geral do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, no uso de competência constante no artigo 7.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro:

Dina Maria da Silva Esteves, assistente administrativa especialista do quadro de pessoal da ex-Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais de Lisboa e Vale do Tejo — transferida, nos termos do disposto no artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de